

Governo voltará a cobrar imposto-calamidade

BRASÍLIA (O GLOBO) — O pacote de medidas econômicas a ser aprovado quarta-feira, em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), instituirá, em caráter temporário, o imposto-calamidade, tal como ocorreu na gestão Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda, elevando-se a cobrança do Imposto de Renda as pessoas físicas e jurídicas para obter receita destinada a cobrir prejuízos provocados pelas enchentes do Sul e à seca do Nordeste.

Segundo técnicos que trabalham na elaboração do pacote, a medida, embora represente mais uma elevação da carga tributária sobre o cidadão brasileiro, já alta, tornou-se inevitável pela absoluta escassez de recursos do orçamento fiscal para fazer frente às despesas com as enchentes e a seca. De acordo com es-

ses técnicos, a reserva de contingência do orçamento, fixada em Cr\$ 1,2 trilhão, já foi praticamente consumida pela estiagem nordestina e pelo reajuste de 82 por cento dado ao funcionalismo.

IOF E OPEN

Na área fiscal, o pacote não pára aí. Estão previstas igualmente, entre as medidas, a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em algumas linhas de crédito, de forma a baixar os juros, e a tributação, a uma alíquota de três por cento do Imposto de Renda, dos ganhos no open market.

A tributação do IR sobre os lucros dos bancos, em outra medida, deverá ser antecipada, com a finalidade, como a tributação do open e o IR-calamidade, de engordar os cofres do Tesouro Nacional.